

Estudo aponta fevereiro como mês ideal para o pacote

LÉA CRISTINA

A equipe econômica do Governo tem em mãos estudos que mostram que, tecnicamente, o melhor momento para adotar uma medida de combate direto à inflação seria fevereiro. Primeiro, porque em janeiro há fortes pressões sobre os preços; é só a partir daí que os produtos agropecuários, que têm peso de 22% sobre índices de preços como o da Fipe, param de pressionar a inflação. No segundo mês do ano, vestuário (9% de peso) e aluguel (7,5%) também caem ou ficam estáveis. Ou seja, é grande o risco de a sazonalidade (variação cíclica de preços, de acordo

com a variação da oferta) frustrar expectativas de queda de inflação, se a tentativa de combate for feita ainda este ano.

Além disso, um instrumento de controle direto à inflação teria mais chances de dar certo se o ajuste fiscal e a revisão constitucional estivessem devidamente encaminhados. Segundo um economista ligado à equipe, fazer alguma coisa mais forte agora, só em resultado de pressões políticas ou de mercado.

A partir de um indexador como a Unidade de Conta (UC), o Governo estaria controlando os preços públicos (20% de peso no índice da Fipe). Se sua adoção viesse em fevereiro, contaria com a desaceleração de preços nesses setores sazonais. Os ser-

viços ligados ao salário-mínimo também tenderiam a não subir tanto, já que, pela política salarial, com inflação em queda os reajustes diminuem. E depois, lembra o economista, janeiro é o mês da virada quadrimestral do salário-mínimo.

Restaria um importante grupo para ser acompanhado com maior firmeza: os dos oligopólios privados, cujos preços representam 22% do índice da Fipe. Com o resto caminhando corretamente, as negociações nesse caso seriam mais fáceis, diz o economista, que não descarta a possibilidade de o Governo vir a enviar para o Congresso uma nova legislação antitruste, com instrumentos mais firmes de combate à ação dos oligopólios.